

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**Crise e precarização da educação:
o ajuste no Rio Grande do Sul**

Caroline Roque

Crise e precarização da educação: o ajuste no Rio Grande do Sul

Caroline Roque¹
Maristela da Silva Souza²

Resumo

Este estudo tem por intenção contribuir com um importante debate que emerge do atual cenário brasileiro, a educação em sua relação com os profundos ajustes políticos e econômicos, na especificidade do estado do Rio Grande do Sul. A partir desse breve artigo, nos propomos a tentar situar as principais políticas implementadas na educação do estado no curso histórico de implementação de um projeto maior, de país e de educação frente ao desdobramento de uma profunda crise estrutural. Através da análise de documentos norteadores das políticas educacionais em curso, buscou-se analisar o sentido das políticas de ajuste no estado do Rio Grande do Sul, tendo como recorte o ano de 2015. Optamos pela análise de três importantes projetos - Projetos de Lei 169/2015 (Gestão democrática) e PL 103/2015 (Escola Melhor: Sociedade Melhor) e na PEC 242/2015 (licença prêmio) - que possibilitaram uma compreensão, mesmo que provisória, do sentido do “pacote” de medidas que compõe o ajuste em curso no estado e no país.

Palavras-chave: Educação. Ajuste. Crise.

Introdução

O momento histórico em que o presente estudo é feito, explica em grande parte sua intencionalidade que, se por um lado explicita as inquietações de onde parte, alimenta-o de grande responsabilidade.

A responsabilidade de retratar o que significou o ano de 2015 para a educação no Rio Grande do Sul, buscando a partir deste recorte entender o fenômeno da educação em seu desenvolvimento mais amplo no país em um período de profundos ajustes no plano econômico, ideológico e político. O fazemos ainda em pleno ano em que o principal slogan da política governamental diz respeito à criação de uma “Pátria educadora”.

Este é ainda, um momento que assume uma singularidade única de ruptura para uma geração forjada à luz das ideias neoliberais, educada sob a propaganda da imutabilidade das relações de produção social da vida e apenas possibilidade de transformações por dentro da ordem do capitalismo. Explicações da realidade que

¹ Estudante do Programa de pós-Graduação, nível Especialização do Centro de educação física e desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria. Professora da rede estadual em Santa Maria

² Professora Doutora do Departamento de desportos individuais (DDI) no Centro de educação física e desportos (CEFD) na UFSM. Coordenadora da linha de pesquisas epistemológicas e didáticas da educação física (LEEDEF)

encontravam máxima expressão na “Tese sobre o fim da história” (Francis Fukuyama 1989), assentadas no país através do mito da pacificação social, mas que, principalmente, a partir de junho de 2013 e nos processos posteriores foram verdadeiramente chacoalhadas e questionadas de maneira massiva.

O protagonismo assumido principalmente pela juventude desde as multitudinárias Jornadas de junho explicitam um novo momento das lutas sociais no país, em que aumento de conflitos sociais em meio ao desdobramento de uma intensa crise econômica, política e social, aprofundam o questionamento aos que governam e à sua incapacidade de resolver os problemas concretos demandados pela juventude e o conjunto dos trabalhadores. São tempos em que grandes temas como a educação, transporte, moradia se espraiam em toda sociedade, e nesse acirramento da disputa pelos rumos sobressaem com mais nitidez as contradições geradas por esse sistema e seus elementos estruturantes, como o papel da mídia, do aparelho repressivo, a exploração e a desigualdade social.

Tendo esse panorama como “plano de fundo”, o presente estudo foi impulsionado pela entrada no quadro de magistério do Rio Grande do sul – em outubro de 2014 – vivenciando nesse primeiro ano de experiência docente a realidade de um dos estados que tem tornado a vida dos trabalhadores servidores públicos ainda mais difícil, em especial os trabalhadores da educação através das sucessivas medidas aprovadas ao longo do segundo semestre de 2015.

Escrever em meio a esse cenário em meio ao “calor” ainda dos acontecimentos e enfrentamentos que marcaram a dinâmica do magistério gaúcho em 2015 e ainda, frente aos limites de uma trajetória ainda residual na categoria torna um tanto mais complexa a análise a que se pretende esse estudo. Logo, a perspectiva coletiva que assume a escrita do mesmo, mais que uma opção, se conforma como uma necessidade de compreensão e produção de um acúmulo que por sua origem, forma e finalidade, é coletiva.

Nesse sentido, na intenção de ir a fundo à compreensão das políticas que tem impactado na singularidade da educação no Rio Grande do sul, o estudo articula-se em torno de uma problemática central: qual o sentido das medidas de ajuste fiscal propostas para a educação no Rio grande do sul no ano de 2015? Articula-se ainda a esse problema o objetivo de retomar e analisar alguns dos principais projetos propostos em 2015 para a educação básica estadual, bem como remontar o movimento de resposta a tal projeto vindo dos professores organizados no Estado.

Compreendemos que para tal tarefa, lançar mão da teoria e de um método que forneça os instrumentos de pensamento é fundamental, afim de que se consiga apreender – mesmo que com provisoriedade – os diversos determinantes da realidade, entendendo a teoria como “um discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e análise dos mesmos” (MINAYO, 2009).

Para o desenvolvimento deste trabalho, encontramos no Materialismo histórico-dialético (MHD) os pilares de sustentação que fornecem mecanismos de entendimento dos fenômenos numa relação de *totalidade*. Dessa forma, a intenção de entender o movimento mais geral de crise do sistema capitalista em escala global, os rearranjos econômicos, políticos e sociais levados a cabo por governos e organismos multilaterais e, a partir das políticas dos governos, como tudo isso se manifesta particularmente na educação no Rio Grande do sul só pode ser feito através de um aporte teórico que situe as relações específico/geral de modo dialético, tendo em vista que são as leis da dialética que permitem dar mais precisão à análise da realidade, compreender o desenvolvimento dos fenômenos naturais e sociais. Como afirma Cheptulin:

o resultado (...) é que o singular e o geral não existem de maneira independente, mas somente por meio de formações materiais particulares (coisas, objetos, processos), que são momentos, aspectos destes últimos. Cada formação material, cada coisa representa a unidade do singular no geral, do que não se repete e do que se repete (CHEPTULIN, 2004. p. 194).

Nesse sentido, apoiando-se nas categorias gerais do MHD como totalidade, historicidade, contradição a pesquisa busca “dissecar” algumas das políticas implementadas ao longo de 2015 no âmbito do serviço público, se articulando em torno da problemática central.

Sobre o papel da pesquisa científica, entendemos que tem um papel essencial de permitir conhecer a realidade a fundo, desvelando-a em seus elementos constituintes mais profundos. Nesse sentido, ao longo do estudo fazemos uso do par dialético aparência/essência, no sentido da composição de uma análise crítica, não-naturalizada do fenômeno em questão, entendendo o fenômeno enquanto uma forma de manifestação da essência em seu aspecto exterior (CHEPTULIN, 2004).

Para isso, lançaremos mão do *estudo de caso* como metodologia, afim de aprofundar os diversos elementos constituintes e determinantes do objeto em questão, na possibilidade de que este seja “representativo de um conjunto de casos análogos” (SEVERINO, 2007). Através da *análise documental* buscamos extrair os dados e

informações que auxiliam a interpretação e leitura da realidade. Para os interesses deste estudo, os principais documentos usados serão aqueles com os norteamentos da política educacional e estadual: o Plano de metas do Compromisso Todos pela educação (2007), o documento “Pátria educadora” (2014), e o Plano nacional de educação (2014), vinculados à análise de alguns dos Projetos encaminhados à Assembleia Legislativa do RS especificados ao longo do texto.

Para o desenvolvimento da análise aqui contida, abordaremos aqui elementos que deem conta de situar o atual momento de desenvolvimento do capitalismo, a profunda e decenal crise em que se encontra seu metabolismo de produção e as saídas utilizadas no marco econômico e político para a recomposição dos lucros frente à queda das taxas de lucro inerente a esse sistema.

A recente eclosão da crise que impactou o mundo, em 2008, com seus diversos efeitos (contração da indústria; aumento em massa do desemprego; falência de diversos conglomerados financeiros e produtivos), remete à uma gestação que vem de algumas décadas, mais exatamente datada do fim da 2ª Guerra Mundial e do ciclo de expansão do capital proporcionado pela mesma.

Constantemente o sistema de produção entrou em crises que, diferentemente de outras épocas históricas, e devido ao desenvolvimento das forças produtivas se configuraram como crises de superprodução. Isso se deve diretamente à lógica expansiva incontrolável do capital que, para se realizar necessita constantemente acumular e expandir tendo as crises cíclicas como parte dessa expansão. Isso já era constatado desde o fim do século XVIII, como analisa Marx, no “Manifesto do Partido Comunista”:

Há mais de uma década a história da indústria e do comércio é, simplesmente, a história da revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta lembrar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a sociedade burguesa. Nessas crises destrói-se uma grande parte dos produtos existentes e das forças produtivas desenvolvidas. Irrompe uma epidemia que, em épocas precedentes, parecia um absurdo – a epidemia da superprodução. (MARX, 1848).

A novidade histórica da crise é sustentada nas formulações de Mészáros e outros intelectuais que compactuam da análise de que há uma mudança significativa da crise que se apresenta desde o início da década de 70, sendo não mais um momento, um ciclo, mas uma crise estrutural de grande envergadura. Nesse sentido, a crise assume

uma virada qualitativa tendo por características seu *caráter universal*, seu *alcance global*, uma *escala de tempo permanente* e seu *modo de desdobramento*, diferente das erupções e colapsos passados – não excluindo a possibilidade de articulação também com essas formas – se dá de maneira *rastejante*. (MÉSZÁROS, 2011).

Entretanto, a virada de qualidade que assume esse novo momento histórico de crise profunda e não mais em marcos relativos não está dissociada da necessidade mais elementar do capital, de se revalorizar constantemente e, portanto, expandir. Interessamos aqui a constatação de que a crise não tem a ver com um enfraquecimento ou redução da atividade do capital sobre todas as esferas da vida, mas justamente por sua incansável necessidade de expansão, aliada às formas já descritas por Marx de superação das crises, seja através do aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas, por outro, da conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos (Marx, 1848).

Imerso em seu turbilhão de contradições, frente à incapacidade de resolver o descompasso entre o elevado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e o crescente abismo social, o capitalismo assume nesse momento histórico uma peculiaridade nefasta: a incontornável ampliação da lógica destrutiva de produção que se desdobra na destruição desenfreada dos recursos naturais, da força de trabalho e das relações sociais.

Em momentos como da erupção da crise econômica de 2008, se tornam mais evidentes todo o potencial destrutivo criado pelo incontornabilidade do capital. Segundos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas em 2008 mais de 9 milhões de pessoas passaram a compor o quadro de desemprego somados aos mais de 100 milhões passaram a integrar o número de trabalhadores pobre, que apresentam renda familiar inferior à US\$ 2 dólares per capita por mês. Somente na América Latina, a previsão da OIT no início da crise era de que 2,4 milhões de trabalhadores poderiam se tornar desempregados, somando-se aos quase 16 milhões já nessa situação. Se olharmos para a definição da crise que se apresenta, a constatação é de que esse será um quadro duradouro, e que as resoluções superficiais e temporárias dadas pelos governos que tentam administrar a crise apenas preparam outras, novas e mais intensas. Como afirma Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Ainda que praticamente todos os organismos internacionais trabalhem com um receituário de política econômica baseado na hipótese de uma crise de curta duração, supondo que o desempenho da economia mundial reproduziria uma trajetória na forma de uma letra V, U ou W, esses mesmos organismos

reconhecem que não se pode descartar a possibilidade de que a crise se arraste por um tempo indeterminado. Considerando-se a magnitude da massa de capital que precisa ser digerida para recompor as condições de rentabilidade dos investimentos e a extraordinária complexidade dos ajustes econômicos, sociais, políticos e geopolíticos necessários para reestabelecer as bases para a recuperação da economia mundial, o mais provável na verdade, é que como ocorreu nas duas grandes crises do capitalismo, a de 1873-1896 e a de 1929-1939, a temporalidade da crise seja de longa duração e a evolução da economia mundial assuma a forma de uma letra L. (SAMPAIO JR, 2009)

Se no cenário internacional os efeitos da crise aplacaram logo em sua eclosão, sendo noticiadas as medidas de austeridade em países como Grécia e Espanha, no Brasil, diferentemente da “marolinha” anunciada pelo então presidente Lula em 2008, os desdobramentos no país fizeram-se sentir mais intensamente nos últimos anos, anunciados sob a forma de um “ajuste fiscal”.

Entretanto, diferentemente do “ajuste de contas” propagado pelo discurso governamental, após o qual supostamente retornaria o ritmo de crescimento e desenvolvimento, trata-se na verdade de um ajuste mais profundo, que amplia através de diversas políticas, a exploração e subordinação dos trabalhadores, e que na verdade tem suas origens antes mesmo da crise de 2008. O ajuste em curso dá continuidade à um ciclo de retiradas de direitos e avanço sobre o público, mas de maneira muito mais intensa, amplificando a espoliação dos direitos, do salário, do tempo de trabalho e dos recursos naturais e o aprofundamento da mercantilização do trabalho, do dinheiro e do meio ambiente. (Braga, 2016)

A partir da análise de continuidade de uma política muito bem arquitetada, Sara Granemann afirma ter havido diferentes momentos na implementação da política austera por parte dos governos no Brasil. Conforme afirma:

Existe uma divisão do trabalho com relação a essa política de austeridade. Fernando Henrique faz a contrarreforma do Estado, prepara os instrumentos para a continuidade disso, mas não consegue realizar todo o projeto. Então, continua a venda das estatais, privatiza os bancos, enxuga o Estado, põe maiores dificuldades para o alcance das políticas sociais. Lula e Dilma também privatizam aeroportos, estádios, estradas, mas atuam já num segundo momento da austeridade, no uso do fundo público para os trabalhadores. (GRANEMANN, 2015).

O estado, operando sob esses termos da política neoliberal assume a lógica de um estado mínimo, blindando-se para as reivindicações sociais através de uma democracia restrita, mas sendo totalmente permeável aos anseios empresariais e do grande capital. No Brasil, a experiência política obtida pelos governos na última década – possibilitada pelas particularidades da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao

poder – permitiu amplo terreno para a política austera de transferência brutal do fundo público.

O neoliberalismo enquanto doutrina econômica surgiu em 1944 a partir da formulação de Friedrich Hayek em *O Caminho da Servidão*. Foi uma resposta teórica e política ao surgimento do estado de bem estar social. Para seu formulador os mecanismos reguladores do estado para a economia se constituía como um ataque frontal a liberdade. Mas somente em 1973, com a crise de superprodução - que iniciou o processo de reorganização do modelo produtivo de fordista para toyotista – é que as ideias neoliberais passam a ser implementadas. A primeira experiência neoliberal do mundo foi realizada durante a ditadura do general Augusto Pinochet no Chile, durante a década de 1970. Sob a forte repressão de uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, Pinochet desregulamentou mercados, criou um desemprego massivo, privatizou bens públicos e redistribuiu a renda em favor dos ricos. Seu exemplo foi seguido por Margareth Thatcher – a dama de ferro – que juntamente com Ronald Reagan – o ator que se tornou presidente – é os principais expoentes do neoliberalismo em escala mundial, na Inglaterra e nos EUA respectivamente. A hegemonia do neoliberalismo em escala mundial, porém, levou mais de uma década para se efetivar, se realizando em ritmos diferentes e com variações de acordo com cada país.

Em suma, o neoliberalismo pode ser entendido como uma mudança na atuação do estado frente à economia e não como a ausência total do mesmo. É um estado militante que tem como principal objetivo uma forte disciplina orçamentária, reformas fiscais objetivando reduzir custos da produção e abolir o controle sobre os fluxos financeiros, cortes brutais em direitos sociais, criação de um exército excedente de reserva de força de trabalho, criação de leis anti-sindicais e privatizações desde as indústrias básicas até as necessidades mais elementares do ser humano como habitação, saneamento, educação e saúde. Ao fundo de todos estes elementos, tido como central o combate ao ideário comunista (ANDERSON, 1995).

No Brasil, assim como na América Latina, o neoliberalismo passou a ser implementado ao final dos anos de 1980, no que se caracteriza como a terceira onda de experiência neoliberal. Em nosso caso³, a propaganda neoliberal se iniciou na campanha de Fernando Collor de Mello, no qual caracterizava o estado brasileiro como um

³ Indicamos o documentário “Privatizações: a destopia do Capital” do diretor Silvio Tandler o qual recompõe o caminho das privatizações do estado brasileiro, buscando refletir a partir das jornadas de junho de 2013 qual o caminho a ser seguido frente aos ataques que vem ocorrendo no que diz respeito a saúde, educação e recursos naturais no Brasil.

elefante pesado e lento, para defender então a desestatização da economia. Partindo da mesma crítica da onerosidade do estado brasileiro FHC instituiu em 1995 o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), o qual produziu o documento Plano Diretor da Reforma do Estado – que em 1998 se tornou a emenda 19 da constituição federal – que previa uma série de ações cujo objetivo central seria transformar o estado brasileiro em um estado forte e eficiente. A crítica assim, não apontava para o desmantelamento do aparelho estatal, mas sim para a modificação de sua estrutura organizativa, ou como Luis Carlos Bresser Pereira definiria: a implementação da lógica gerencial do aparelho estatal.

Após dez anos de sua implementação no Brasil, a eleição do primeiro presidente operário – Luis Inácio Lula da Silva - no ano de 2002 representou para muitos o fim dos ataques aos trabalhadores, ou nas palavras da campanha presidencial o momento em que “a esperança venceu o medo”. Apesar disso, os governos petistas no Brasil não representaram um rompimento com o modelo neoliberal, mas sim o aprofundamento e o aperfeiçoamento do mesmo. Como nos colocava a Carta ao Povo Brasileiro pré-eleições os governos petistas não iriam romper com os acordos internacionais já firmados.

De um lado, a fidelidade inquebrantável à nebulosa dívida pública que hoje consome quase metade de tudo que é produzido pelo Brasil, sétima potencia mundial, e a continuidade das contrarreformas iniciadas na década de 90 (Reforma da previdência, Reforma Universitária etc.) que somadas às privatizações diretas (setores estratégicos como portos, aeroportos, rodovias, recursos energéticos) avançaram sobre os parques direitos assegurados constitucionalmente. Soma-se a isso, a inovação exemplar do governo brasileiro, que através de programas sociais - PAC, Minha casa, minha vida e PROUNI/FIES – possibilitaram a ampliação ainda maior da acumulação ao capital bancário e financeiro através do fundo público. Em entrevista recente, Sara Granemann aborda a monumental transferência tomando como exemplo a educação superior afirmando que:

O Brasil é emblemático e modelo numa política social que está se desenhando especialmente na Europa do Sul, que é essa política social de mínimos, de destituição de direitos, para usar menos recursos do fundo público, e ao mesmo tempo para abrir espaço para novos negócios. Retira-se dinheiro das políticas sociais para que sobre mais dinheiro para essa nova forma do segundo momento da dívida, o que é uma manipulação do fundo público para pagar os títulos públicos. (...) Nunca na história foi tão absolutamente claro pela análise do fundo público que esse é um Estado de classe. A burguesia se reapropria daqueles fundos que antes tinham alguma destinação para o trabalhador. De que forma? Reduzindo os recursos destinados à política social de modo direto: essa é condição para abrir novas

frentes de acumulação, na previdência privada, na educação privada... Só que, ao mesmo tempo, esses novos campos de acumulação não têm gente que possa consumir esses serviços. Não dá para consumir essas mercadorias em quantidades de modo a garantir uma lucratividade média elevada. Você forma o maior conglomerado de ensino privado superior no Brasil mas à custa de financiamento público para que os estudantes frequentem essas universidades. Então, o fundo público, transferido assim, parece até que é outra forma de direito. O menino que tem a bolsa, que vai lá para o Prouni, acha que isso é um direito. O fundo público está sendo transferido para a instituição e endividando o trabalhador. Sem o Estado transferindo essas quantidades amazônicas de recursos no Brasil, em Portugal, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, o capitalismo já teria colapsado. (GRANEMANN, 2015).

Logo, apresenta-se uma forma mais complexa de diluição das barreiras público-privado, em que na aparência muitas vezes se mostra como avanços na garantia de direitos essenciais mas que de fundo vão se caracterizando com a conformação de um estado minimalista, que alterna grandes repasses dos fundos públicos aos setores privados e algumas políticas assistenciais, não-universais por sua vez também articuladas a formas mercantis de assegurar pequenas garantias aos setores mais empobrecidos.

Ajuste e educação

A educação tem sido há anos um dos principais focos das “orientações” dos organismos internacionais. Se por um lado a conformação dessas diretrizes em políticas nacionais não se dá de maneira direta dependendo principalmente da correlação entre as forças no país, não são poucas as correspondências entre o que dizem tais organismos e a essência da política educacional em curso, conforme já demonstrado em diversos estudos (LEHER (1999); e NISHIMURA (2012)).

São políticas que em última instância, além de expressar a fina sintonia entre os setores hegemônicos da burguesia brasileira com os ditames no plano internacional, alinham-se à perspectiva geral já retratada, de desaguar a profunda crise que perdura, ajustando as economias dos países periféricos do capitalismo, para isso inserindo mudanças na legislação e em políticas que assegurem o novo ajustamento econômico. Como afirma Leher:

O agravamento da crise estrutural e a política de ajuste estrutural para implementar o novo imperialismo são as nervuras mais axiais da conjuntura dos anos de 1990, promovendo rearranjos na força relativa das frações burguesas dominantes e também entre os subalternos. Isso significa, em termos de análise da prática política concreta, a consideração do bloco de poder hegemônico no Estado e da correlação de forças entre as classes sociais. Embora o padrão de acumulação esteja sendo implementado principalmente

por meios econômicos, a apropriação capitalista requer a coerção extra-econômica do Estado. Os setores dominantes necessitam de uma ordem jurídica e política para garantir a regularidade e a capacidade de predição de que o capital necessita em suas transações cotidianas. (...) A agenda do ajuste estrutural do BM foi implementada a partir das condicionalidades que esse organismo pôde impor no contexto da Crise da Dívida de 1982. Na condição de avalista dos países que estiveram no epicentro da crise (Argentina, Brasil e México), o BM exigiu “corajosas reformas de ajuste estrutural”, como contrapartida ao aval e aos empréstimos (LEHER, 2008).

Nesse sentido, o “crescimento, desenvolvimento e retomada da competitividade” tem sido argumentos correntes para a defesa de um ajuste fiscal como forma de saída da crise. A partir da reconfiguração mundial dos países frente a profunda crise que vivemos, significa para países como o Brasil, aprofundar a sua reinserção no cenário de economia mundial de maneira ainda mais subordinada. Demanda portanto, uma educação que sirva para a formação desse novo tipo de trabalhador, órfão cada vez mais dos direitos democráticos e trabalhistas conquistados ao longo de décadas no país, setor expressivo dos trabalhadores que Ruy Braga tem categorizado como precariado, enquanto grupo de pessoas “destituídas das garantias sociais relativas ao vínculo empregatício, à segurança no emprego, à segurança no trabalho, às formas de reprodução das qualificações, à segurança da renda e à falta de representação política.” (BRAGA, 2014). Acerca dessa “nova educação”, Roberto Leher afirma:

O drama é que a concepção do Pátria Educadora tem como correspondência a ideia de que a formação da maior parte da força de trabalho no Brasil deve ser por um trabalho mais simples, e isso tem consequências pedagógicas muito grande. Se é para formar para o trabalho simples, a maior parte das escolas podem ser instituições estruturadas para a formação de um trabalho de menor complexidade, que seria desdobrados em processos de formação técnica de cursos de curta duração, cujo exemplo mais conhecido é o Pronatec, em que grande parte dos cursos são aligeirados para a formação de uma força de trabalho simples - tanto aquela que já estará inserida no mercado quanto aquela que constitui o que podemos denominar de um exército industrial de reserva (LEHER, 2015).

Nesse cenário, vê-se a total permeabilidade do estado para os anseios dos grupos econômico-empresariais, organizados no país principalmente através da coalizão “Todos pela educação”, grupo que reúne grupos como Instituto Ayrton Senna, Rede Globo, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social e Odebrecht. Setores da sociedade civil que se organizam para incidir sobre a educação a partir de seus propósitos e intenções de mercado, alinhando à educação às devidas finalidades de formação de trabalhadores em um contexto de instabilidade econômica e flexibilização intensa de direitos.

Aprovado em 2014, o Plano Nacional de educação (PNE) expressa em seu conjunto essa imbricação cada vez maior entre setores privados e a educação pública, ressignificando o sentido do público e permeando-o da lógica de rendimento e produtivismo própria do ambiente empresarial. Incorporando a agenda do Todos pela educação (TPE), o PNE expressa a reestruturação de fundo que vem sendo encampada na educação pública, que dizem respeito tanto à concepção de educação disputada por tais setores quanto à forma e condições de trabalho dos sujeitos envolvidos.

Como sociedade civil, os setores dominantes buscam interferir nas políticas de Estado. O Todos pela Educação conseguiu difundir a sua proposta educativa para o Estado, inicialmente por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) - que aliás foi homenageado com o nome Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em referência ao movimento. Com isso definiram em grandes linhas o que seria o PNE que está vigente (LEHER, 2015).

Em discussão a respeito da relação entre o novo PNE e o movimento TPE, o documento “Plano nacional de educação (2011-2020) – Notas críticas” explicita que:

de fato, todos os aspectos do PNE engendram novas funções sociais na educação pública. Claramente, a liderança intelectual da concepção do PNE é o TPE e, por conseguinte, os donos do dinheiro e do poder: a missão da educação é formar recursos humanos de distintos tipos, difundir as “competências” desejadas pelo capital, empreender meios de controle finalísticos por meio de sistemas padronizados de educação que possibilitem rankings, remuneração por desempenho em nome de uma falsa “meritocracia”, a distribuição de recursos em conformidade com as metas alcançadas, a fetichização tecnológica e a diversificação das formas e itinerários educativos, distribuídos por classe e frações de classes, em contraponto com a escola unitária (Plano Nacional de educação (2011 – 2020) – Notas críticas).

Está, portanto, em curso uma mudança significativa na educação pública no país, feita “por cima”, na relação direta entre os setores empresariais concentrados nas iniciativas já descritas e os representantes do poder público em todas as esferas. Tal mudança acompanha a orientação da Organização Mundial do Comercio (OMC) no documento *Servicios de Enseñanza – Nota Documental de la Secretaria*, de 1998, no qual define, conforme BORGES (2009):

“Nessa perspectiva, a OMC recomenda a realização de reformas nos sistemas de educação superior dos países-membros, objetivando a redução dos custos e o incremento de uma maior autonomia para as instituições. A autonomia é entendida como a possibilidade das instituições buscarem novas fontes de recursos, através da realização de parcerias com o setor produtivo, diversificando, assim, suas formas de financiamento. A autonomia, portanto, é reduzida ao seu aspecto de gestão financeira e administrativa, ficando a autonomia didático-científica prejudicada diante das pressões e dos interesses por uma maior vinculação da educação superior à indústria e a outras

empresas.” (BORGES, A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio, 2009)

Para a educação básica, essa “nova” política educacional é reforçada pelo documento de 2015, denominado “Pátria educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional” que reforça o projeto em curso, sustentando-o através de quatro eixos que operacionalizam as intenções expressas no PNE: a organização da cooperação federativa na educação; a reorientação do currículo e maneira de ensinar e de aprender; a qualificação de diretores e professores e o aproveitamento de novas tecnologias. Documentos referenciais que materializam e expressam os anseios governo-empresariais, apontando diretrizes e ferramentas de implementação vertical da política educacional e que auxiliam a compreensão desse momento de intensas transformações na educação estadual.

Ajuste no Rio Grande do sul

Assim como em diversos Estados, o segundo semestre de 2015 foi emblemático para a educação no Rio Grande do sul. O magistério estadual gaúcho se viu frente a um conjunto de medidas aprovadas na Assembleia legislativa durante o segundo semestre de 2015, sem qualquer tipo de consulta ou discussão popular. É possível perceber que a política educacional brasileira, encabeçada pelo slogan “pátria educadora”, está em pleno desenvolvimento nos estados. Apesar das siglas partidárias serem diferentes em cada estado, o projeto de educação a ser implementado tem sido o mesmo.

No governo Sartori (PMDB), o pacote de ajuste fiscal apresentado sob a defesa do “equilíbrio nas contas do estado” foi composto centralmente por medidas que afetavam diretamente o serviço público, em especial o magistério estadual. Entre aprovadas e postergadas, destacam-se as medidas: Lei de responsabilidade fiscal (PLC 206), lei sobre os precatórios (PL 336), extinção da função gratificada (PLC 209), mudanças na gestão democrática (PL 169), Projeto “Escola melhor: sociedade melhor” (PL 103) e a mudança na licença prêmio (PEC 242).

Para efeito deste estudo, optamos por um recorte de todo o pacote proposto pelo governo do estado. Centramos, portanto a discussão nos Projetos de Lei 169/2015 e PL 103/2015 e na PEC 242/2015, buscando a partir dos determinantes gerais já apresentados estabelecerem relações que possibilitem compreender o sentido do ajuste para a educação no rio grande do sul.

O PL “Escola melhor: sociedade melhor”, aprovado em agosto de 2015, foi uma das primeiras medidas do pacote de ajuste passadas pela assembleia, propondo

A participação de pessoas físicas e jurídicas no programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor” tem por objetivo alcançar contribuições para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública Estadual, e dar-se-á mediante as seguintes ações: I – doação de recursos materiais às escolas estaduais, tais como equipamentos e livros; II- patrocínio para a de manutenção, a conservação, a reforma e a ampliação das escolas estaduais; III- disponibilização de banda larga, equipamentos de rede wi-fi e de informática, tais como computadores, notebooks, tablets, roteadores, antenas de wi-fi, entre outros; IV- promoção de palestras de cunho didático pedagógico sobre temas de interesse dos alunos e professores; V- outras ações indicadas pela Direção da Escola, ouvido o Conselho Escolar (PROJETO DE LEI 103/2015).

Em suma, o projeto aprovado e convertido na Lei Nº 14.734, torna possível a suplementação orçamentária das escolas incentivando “a realização de parcerias de pessoas físicas ou jurídicas com escolas públicas estaduais” possibilitando a entrada de recursos vindo de empresas e outras fontes privadas, podendo essas em contrapartida utilizar das escolas para fins “promocionais e publicitários”. De fundo, a lei representa abertamente a fragilização da autonomia financeira e pedagógica das escolas, desresponsabilizando ainda mais os governos pelo financiamento público da educação básica.

A nova lei “Escola melhor” aprofunda no plano estadual o que tem sido via de regra da educação no país: a diluição das fronteiras entre público e privado, ressignificando o conceito de público no marco de um serviço a ser prestado, seja pelo estado ou por empresas/empresários. A medida aprofunda abertamente o processo de mercadorização da educação, entendida não mais como direito, mas como serviço prestado e consumido. A expressão máxima dessa lógica vem sendo implementada através dos *vouchers* no Chile e das escolas *charter* nos Estados Unidos, formas em que o estado adquire vagas nas corporações educacionais através de verbas públicas, garantindo uma espécie de bolsa de estudos que pode ser complementada pelas famílias afim de acessar escolas mais qualificadas.⁴ Trata-se de lógica semelhante ao que vem se desenhando no ensino superior brasileiro através de programas como PROUNI e FIES.

Nesse cenário de constantes investidas contra a educação e o sentido privatizante e centralizador das políticas em questão, tem se mostrado chave para o estado investir também contra os educadores e seus parcos direitos, desde a integralidade dos salários

⁴ Mais sobre a relação entre o aprofundamento da mercadorização da educação e a política educacional brasileira em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrat%C3%A9gia-Pol%C3%ADtica-e-Plano-Nacional-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

até a tentativa de desmonte do plano de saúde. Nesse bojo, através da PEC 242/2015 o governo e seu ajuste tem por intuito acabar com o direito dos professores à licença prêmio. Apesar de ter sido adiada em sua votação para 2016, a medida ameaça retroceder e cercear um direito, ao passo que prevê que:

...após cada quinquênio de efetivo exercício, a possibilidade de afastamento, por meio de licença para participar de curso de capacitação profissional, com a respectiva remuneração, sem prejuízo de sua situação funcional, por até três meses, não acumuláveis, conforme disciplina legal. (Projeto de emenda constitucional 242/2015).

Já o PL 169/2015 ataca a gestão democrática da escola pública, revogando as atribuições da lei nº 13.990/2012 referentes à eleição por chapa, ao papel do conselho escolar, e a reeleição de diretores.

No que diz respeito à eleição, busca enfraquecer o papel da equipe diretiva dentro das escolas. Prevê a volta das eleições diretas uninominais apenas para diretor, revogando a eleição por chapa (artigo 7º). O vice-diretor e a equipe pedagógica seriam escolhidos pelo diretor e não mais pela comunidade acadêmica através de debate programático de gestão.

Em relação ao Conselho Escolar, o PL define que o mesmo terá papel fiscalizador apenas ao que diz respeito aspectos administrativo-financeiros (artigo 41), não cabendo à comunidade escolar debater conjuntamente qual projeto pedagógico a escola defende e como este vem sendo implementado.

Por último, não limita a possibilidade de reeleição de candidatos a diretores (artigo 9º), podendo os mesmos se perpetrarem ad infinitum no cargo, já que sabemos que muitas vezes os professores não se dispõem a compor chapas nas eleições escolares devido ao assédio moral existente nas escolas.

Não por acaso o ano que passou foi marcado por um forte movimento grevista dos professores da educação básica no estado, compondo um quadro de mobilizações nacional, mesmo que fragmentadas e dispersas. A resistência dos trabalhadores em educação e comunidade, contra a implementação desta política educacional marcou o ano de 2015, se destacando nas lutas sociais do país. De pátria educadora, 2015 se mostrou como o ano da luta pela educação. Foram 12 estados e dezenas de cidades entrando em greve.

No RS a categoria construiu uma mobilização como há tempos não se via. A revolta da categoria frente aos ataques se manifestou na maior assembleia realizada nos últimos tempos, em 18 de agosto de 2015, a qual contabilizou cerca de 12 mil

educadores. A adesão das escolas do estado nas paralisações propostas pelo sindicato atingiu quase 90%. Foram paralisações, debates, aulas públicas, trancaços de ruas, e atos públicos, que apesar de marcar a história do estado não conseguiu frear o pacote de ajustes e o saldo de conquistas ficou quase restrito ao saldo organizativo do movimento.

Mobilização dificultada do início ao fim da greve por submissão da categoria à interesses político-partidários, expressos na fatídica assembleia geral do CPERS, do dia onze de setembro, quando a direção do sindicato desconsidera a vontade da categoria, que votava pela continuidade da greve, e encaminha o fim da greve do magistério gaúcho. Encabeçada pelo partido que está à frente do governo federal (PT) e em aliança com demais organizações (PCdoB/CTB e Consulta Popular), a direção do CPERS-Sindicato gestão 2014-2017, composta por setores que implementam a política de sucateamento e privatização branca da educação brasileira a nível nacional, foram o amortecedor do embate entre o magistério gaúcho e o governo Sartori.

São tempos bastante complexos, de cooptação das direções dos movimentos e burocratização das entidades de luta, em que as tarefas parecem dobrar: resistir ao processo de desmantelamento dos direitos sociais, enfrentando ao mesmo tempo um governo intransigente e disposto a implementar a fundo o ajuste no estado e a direção burocrática, encastelada em um dos maiores sindicatos do país que tem abrido caminhos para o ajuste e levado a categoria a duras derrotas.

Conclusões

O caminho percorrido até aqui nos permite alguns apontamentos provisórios do momento econômico e político por que passa o país atualmente. No ano de 2015, categorias como o magistério gaúcho vivenciaram meses de intensa turbulência, frente a tentativa de retirada de diversos direitos assegurados historicamente, passando pelo ataque à integralidade do salário e seu congelamento, aumento da carga horária de trabalho frente aluno, tentativas de mudanças na previdência e plano de saúde. Além disso, via estado, temos assistido à maior investida de grupos privatistas como bancos e fundações apresentando soluções à crise da educação, que, como afirmou Darcy Ribeiro, uma crise que nada mais é do que um projeto de educação.

Em tempos de intensificação da crise em escala mundial e da agudização dos enfrentamentos entre as forças do capital e do trabalho, analisar as políticas implementadas para a educação e as condições de trabalho dos educadores, perpassa pela compreensão do ajuste enquanto política de estado. Ou seja, governos de todo tipo

tem se aliado para implementar por meio do ajuste, as saídas que descarregam o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores através da espoliação brutal de seus direitos mais elementares de trabalho, transporte, saúde, educação e moradia.

Compreender o papel desempenhado pelos sucessivos governos, em especial com a entrada do Partido dos trabalhadores no poder complexifica ainda mais a análise da política neoliberal que vem sendo implementada no país, gestada a partir da ditadura militar. O cenário de expansão econômica do país entre os anos 2002 e 2013 permitiu uma margem de pequenas concessões aos trabalhadores em questões pontuais e imediatas, jogando uma cortina de fumaça na política que se estruturava nos bastidores. A continuidade das reformas (da previdência, da saúde, universitária) ao longo dos anos 2000 preparou o terreno das retiradas de garantias mínimas expressas na constituição de 1988, conquistadas à duras penas e muita luta. Compreendemos que somente uma análise da totalidade dessas políticas consegue desvendar o sentido das políticas implementadas nos últimos 12 anos de lulismo (SINGER, 2009). A eclosão da profunda crise de 2008, entretanto, acelerou o esgotamento no modelo que até então vinha sendo desenvolvido no país, de tentativa de conciliação de classes através de mínimas concessões que na aparência surgiram como melhorias e avanços, mas que, frente a crise mostraram tanto a fragilidade das políticas assistencialistas, quanto os limites da política de acesso ao crédito sem valorização real dos salários, que custou o endividamento de mais da metade da população.

A experiência do movimento Todos pela educação (TPE), composto por diversos setores da burguesia que vão da construção civil aos setores financeiros demonstram a intervenção direta do setor empresarial, que aprofunda a lógica da mercadorização de direitos sociais, incidindo diretamente na concepção de formação dos futuros trabalhadores a partir de seus interesses de classe. O compromisso do estado com a agenda apresentada por esses setores e por sua vez, a incorporação dessa agenda enquanto política para a educação a nível nacional expressa a fina sintonia entre os grandes grupos econômicos e os representantes do estado, ainda que ocupado por um partido nascido da luta dos trabalhadores. Expressa por outro lado, a inexistência de fóruns e espaços autônomos de reflexão e proposições vindas do chão das escolas e universidades, que possibilite que estudante, professores e demais trabalhadores da educação tracem caminhos que superem o atual quadro de desmonte, precarização e privatização da educação pública.

O pacote de ajuste implementado no último ano pelo governo do estado parece caminhar nesse sentido: limitar ao legislativo as mudanças de fundo que vem impactando diretamente nas condições de trabalho dos educadores e na organização das escolas. Os Projetos de lei (PLs) e projetos de emendas constitucionais (PECs) de 2015 se apresentam enquanto um duro ataque ao serviço público, em particular ao magistério. Por um lado, ampliam o grau de exploração e flexibilização do trabalho, desassistindo os trabalhadores de direitos referentes à aposentadoria, saúde e reparação salarial. Ao mesmo tempo, aumenta a submissão da formação da juventude nas escolas aos interesses do mercado, que tem exigido no país a formação de uma mão-de-obra ainda mais barata, especializada e ausente de direitos trabalhistas.

A perspectiva de olhar para o ajuste estadual a partir de sua sintonia com a agenda de ajustes estruturais em curso no país encontra maior materialidade no início do presente ano, em que o governo federal propõe renegociação da dívida dos estados às custas do congelamento de salário e retiradas sistemáticas dos parques direitos dos servidores públicos. Apesar das aparentes diferenças, há um consenso entre as forças e partidos que disputam o poder hoje em aplicar as medidas de ajuste que pioram a vida dos trabalhadores, retirando direitos e ampliando os graus de sujeição e submissão dos mesmos.

Nesse sentido, apesar de todos os limites apresentados, a greve feita pelo magistério ao longo do segundo semestre de 2015 foi um importante momento de resistência à esse ajuste, que irá se desdobrar ao longo de 2016 como já tem mostrado as investidas à previdência social e os novos parcelamentos de salário, o que coloca na ordem do dia a necessidade de ampliação do movimento e da organização pra enfrentar esse cenário, resistindo e conseguindo apontar respostas de conjunto para a educação. Iniciativas que vem se desenhando por fora do governismo, como o Encontro nacional de educação (ENE) podem servir de importantes apoios para essa reorganização do movimento no âmbito da educação, possibilitando uma crítica radical ao projeto em curso, ampliando a discussão e mobilização em torno da educação pública e germinando um novo projeto de educação alicerçado nas lutas e nas necessidades concretas dos trabalhadores e da juventude.

Referências

BRAGA, Ruy. **2016**: espoliação brutal é saída do capital para impasse histórico. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11356:manchete090116&catid=72:imagens-rolantes>. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

_____. **Nova classe perigosa?** Disponível em: blogdabotempo.com.br/2014/02/14/nova-classe-perigosa. Acessado em 24 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

_____. **Pátria educadora**: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/patria-educadora-qualificacao-ensino-basico-como-obra-construcao-nacional>>. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio**. RBP AE – v.25, n.1, p. 83-91, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19328/11228>> Acessado em 20 de dezembro de 2015.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: Categorias e Leis da Dialética. São Paulo: Alfa-omega, 2004.

GRANEMANN, Sara. **Entrevista a Sara Granemann: Guerra pelos direitos sociais**. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/entrevista-a-sara-granemann-guerra-pelos-direitos-sociais>>. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel G. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300002>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

LEHER, Roberto. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros**. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/-Grandes-grupos-economicos-estao-ditando-a-formacao-de-criancas-e-jovens-brasileiros-/13/33966>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

MEC. **Compromisso todos pela educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª edição, Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MYNAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. In: MYNAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 9-29.

NOTAS CRÍTICAS. **Plano Nacional de educação (2011-2020)**. Disponível em: <<http://seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf>>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.

SAMPAIO Jr. Plínio de A. (Org.). In: **Capitalismo em crise**: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Sundermann, 2009, pp. 7-27.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed., rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

NISHIMURA, Shin Pinto. A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61741/000866052.pdf?sequence=1>. Acessado em 10 de janeiro de 2016.